

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

OS PRIMÓRDIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PARÁ (1930-1940)

Carmen Lilia da Cunha Faro
Doutoranda em Educação, Universidade Federal da Bahia
carmenliliapelc@gmail.com

Na década que antecede os anos de 1930, podemos identificar a incorporação e fortalecimento da Educação Física na escola. Consolidava-se a Ginástica Sueca como disciplina na instrução pública primária na educação de meninos e meninas, como também na instrução militar e o escotismo. A Ginástica Sueca vigorou até inícios da década de 1930, quando foi interrompida pelo governador Magalhães Barata que, em conformidade com o governo federal da época, considerou o Método Sueco não correspondente aos conceitos de uma Educação Física científica e, por esse motivo, deveria ser mudado pelo Método Francês (SILVA, 2015). Dentro desse cenário de preocupações e objetivos, o Pará e o governo federal, sob a direção da Missão Militar Francesa, fizeram com que o Método Francês entrasse em ampla execução. Esta troca assinalou uma mudança de método e uma nova concepção doutrinária. Assim, a preocupação com a formação de professores foi no sentido da formação do homem nacional, que estava presente tanto em debates nacionais como locais.

Na década de 1930, a educação escolar paraense apareceu como tema importante nos discursos dos dirigentes locais, proclamando para que a educação fosse eficiente. Eficiência essa que se baseava no desenvolvimento intelectual, moral e físico. Ao longo deste período, o ensino primário apareceu com debates importantes sobre como melhorar as aulas dos grupos e escolas. Intensificaram-se, no Pará, as discussões em torno de como trabalhar com os métodos e processos pedagógicos e colocá-los em práticas pelos professores. Para a realização dessas chamadas melhorias, foi estabelecida uma formação ao professorado, para que desempenhassem melhor suas funções e aplicação regular dos métodos e processos pedagógicos nas aulas; desse modo, foi “creado, o curso propedêutico de aperfeiçoamento” (PARÁ, 1933, p. 10).

Foi nesse movimento que se produziu a necessidade de formação do professorado de Educação Física, para poder aplicar os processos pedagógicos e os métodos de uma

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

educação física científica nos estabelecimentos de ensino do Estado e, assim, visando à saúde, um organismo resistente, com maior rendimento ao trabalho, e para tornar os estudantes fortes e saudáveis.

Em meio a esses movimentos, houve uma tentativa de organização da Educação Física na Interventoria do Major Joaquim Cardoso de Magalhães Barata que, por nomeação legal do chefe do governo Provisório da República, no uso de suas atribuições, criou o Departamento de Educação Física, subordinado diretamente à Diretoria geral da Educação e Ensino Público no estado (PARÁ, 1933). O Major Magalhães Barata nomeado Interventor federal por Getúlio Vargas, tratou especialmente de criar a Secretaria de Educação e Saúde Pública, bem como fez uma reforma curricular pautada na formação cívica e em práticas educativas da pedagogia moderna.

No dia 8 de março de 1934, o Departamento foi instalado em uma cerimônia que contou com a presença do governador Magalhães Barata, do Comandante da região militar Coronel Costa Araújo Filho e do prefeito Ildelfonso Almeida e outras autoridades federais, estaduais e municipais e ainda professores (SILVA, 2015).

Um telegrama de Belém do Pará à imprensa da Capital Federal, na época o Rio de Janeiro, em uma comunicação direta à Escola de Educação Física do Exército, levou a informação da criação do Departamento de Educação Física no Estado do Pará. O decreto de criação da instituição, assinado pelo Interventor Magalhães Barata, foi um ato grandioso para Educação Física, na época também conhecida como educação corporal. Nesse período, a Educação Física paraense também possuía associações desportivas bem organizadas, apontando para um fortalecimento da área no estado.

Conforme o telegrama, o Departamento iria coordenar, orientar e controlar o que existia, além de criar e desenvolver o que ainda estava por ser construído, a partir de critérios científicos, no qual o serviço médico tinha um papel fundamental. O surgimento dessa instituição coincidiu com os anseios dos paraenses, “dado o júbilo com que foi recebido pelo povo, é mais uma pedra colocada para a reconstrução eugênica no nosso país” (UM DIA, 1934, p. 18).

O Departamento estava confiado à responsabilidade do oficial de engenharia do Exército, o Capitão Orlando Moreira Torres, e tinha a função de difundir, regulamentar e fiscalizar a Educação Física nos estabelecimentos de ensino paraenses e manter um curso

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

especial a fim de habilitar professores do estado à instrução da educação física, ou seja, para ministrarem aula pelo método moderno¹ (PARÁ, 1933).

Segundo Silva (2015), o Departamento de Educação Física era composto por uma sala de aula, uma secretaria e um laboratório biométrico; instalado no prédio da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, localizado na Avenida Tito Franco, hoje Avenida Almirante Barroso. Pensando a composição do Departamento, seu administrativo era formado por um diretor técnico habilitado, um médico-ajudante, dois médicos, um secretário técnico, um auxiliar, um datilógrafo, um contínuo servente e um monitor técnico para fazer parte do grupo. Alguns desses funcionários exerceram funções administrativas e de ensino no Curso de Educação Física de 1933.

Quadro 1 – Disciplinas do Curso de Educação Física de 1934 e seus professores

	DISCIPLINA	PROFESSOR
Ensino geral Teórico- Prático	Anatomia (Noções de ginástica ortopédica)	Dr. Osvaldo Medrado
	Higiene	
	Fisiologia e noções de mecânica dos movimentos	Dr. Acelino de Leão
	Fisioterapia	
	Antropometria e Noções de Morfologia	Dr. Djalma Chanstinet
	Socorros de Urgência	
	Pedagogia da Educação Física e Pedagogia aplicada	Capitão Orlando Torres
História da Educação Física		
Ensino Prático	Demonstração prática e execução individual e coletiva de todos os elementos do método.	Capitão Orlando Torres; Sargento-monitor Pedro Furtado; e Candido Oliveira.
	Estudo geral pedagógico e anatomo fisiológico dos diferentes elementos do Regulamento geral de Educação Física.	
	Composição das lições para os diferentes graus das idades fisiológicas.	
	Organizações de reuniões desportivas.	

¹ No decreto nº 1.138, de 30 de dezembro de 1933, identificou-se o termo “moderno” relacionado as mudanças dos processos pedagógicos nas aulas, tão desenvolvido como era em outros países. O método moderno dizia respeito ao método francês, pois era um método de outro país inserido no Brasil. Na época, “parece que tudo o que vinha de fora, o que era produzido em outros países, era bom, “moderno”, “evoluído” (LIMA, 2015, p. 185).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

	Organização do Ensino de Educação Física nos estabelecimentos de ensino e corporações.	
	Estágio	Capitão Orlando Torres; Sargento-monitor Pedro Furtado; e Candido Oliveira.

O curso de Educação Física teve seu Regulamento assinado pelo Major Interventor Magalhães Barata e aprovado pelo Decreto nº 1.164, de 8 de janeiro de 1934. O curso fora regido pela Diretoria Geral da Educação e Ensino Público e subordinado ao Departamento de Educação Física, tanto nos elementos de ensino quanto na organização administrativa e na obediência ao regulamento do curso. O curso de Educação Física funcionou no Departamento de Educação Física, provisoriamente no edifício do antigo quartel da Cavalaria, com instalações adaptadas ao ensino. Era composto por disciplinas como Anatomia e Fisiologia; Higiene e Fisioterapia; Antropometria; Noções de morfologia e Socorros de Urgência; Pedagogia Aplicada; e História da Educação Física, como pode ser visualizado no Quadro 1.

O Curso estava empenhado em preparar professores e instrutores de Educação Física e a orientação era privilegiar a formação de professores do Estado, os oficiais do Corpo de Bombeiros e da Polícia Estadual, como também difundir, unificar e intensificar o ensino da Educação Física nos estabelecimentos de ensino. Preconizava uma duração de 4 meses incluindo os exames de admissão ao curso.

Os trabalhos letivos iniciaram em 1º de fevereiro de 1934 e terminaram em 30 de maio do mesmo ano. O curso era destinado aos professores do estado, aos oficiais do Corpo de Bombeiros e da Polícia Estadual, e tinha a finalidade de preparar professores de Educação Física e instrutores de Educação Física. No que se refere ao método adotado pelo curso, a princípio foi mantida a linha estabelecida no Decreto nº 1.366, de 20 de junho de 1931, do Governo Federal, predominando uma concepção de formação baseada no Regulamento nº 7 de Educação Física ou Método Francês.

O aproveitamento das alunas do curso de formação para professores era verificado por meio do ensino teórico-prático, provas orais, escritas e práticas. Para o ensino prático eram realizados, mensalmente, trabalhos de direção e execução, sempre

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que possível, individuais. Conforme o aproveitamento das notas, o aluno era qualificado como “Regular”, “Bem” e “Muito Bem”. Para os instrutores e professores de Educação Física formados havia um diploma e, para os monitores, um certificado de aptidão. Conforme a avaliação acima citada, o aluno que concluísse o curso com a qualificação “Muito Bem” teria Menção Honrosa e poderia obter um cargo de direção ou auxiliar a instrução de matérias do curso de sua especialidade do Departamento, nos estabelecimentos de ensino e militares, e nas agremiações desportivas do Estado. Caso não tivesse aluno com qualificação de Menção Honrosa, seria aproveitado o aluno que tivesse a qualificação “Bem” (PARÁ, 1934a).

A primeira e única turma de professoras formadas pelo curso tinha suas aulas no prédio da Escola de Agricultura e Medicina Veterinária. Apesar dos esforços iniciais e das iniciativas tomadas, no final de 1934, o governo Magalhães Barata interrompeu o funcionamento do Curso de Educação Física, pois apontava a necessidade de reorganização do curso com a alegação de que havia uma falta de aparelhamento para as aulas e a construção de um estádio (PARÁ, 1934c). O texto do decreto de suspensão do curso ainda previa que o número de professoras diplomadas, no primeiro período letivo do ano 1934, preenchia as necessidades inadiáveis da Educação Física nos grupos e escolas do Estado, podendo, assim, sem prejuízo, ser adiada a abertura da matrícula do segundo período letivo do curso, de modo que viesse a funcionar com segura eficiência.

É interessante atentar para o fato de que a legislação vigente, na época, se preocupava com a necessidade legal pela formação de professoras de educação física especializadas com diploma, capacitadas a ministrar seu ensino com eficiência em todo o estado. Somando-se a esse fato, em fevereiro de 1934, o Major Interventor Federal do Estado do Pará, por nomeação legal do chefe do Governo Provisório da República, concede vantagens às professoras estaduais diplomadas pelo Departamento de Educação Física e decreta (PARÁ, 1934b, p.01):

Art. 1.º - Em igualdade de condições, terá sempre preferência á promoção, a professora que possuir o diploma do Curso de Educação Física, subordinado ao Departamento de Educação Física.

Art. 2.º - Terão preferência para o preenchimento de lugares interinos no professorado estadual, as professoras que se habilitarem com o diploma do Curso mencionado no artigo anterior.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

§ unico. Gosarão dessas vantagens, já no decorrer do presente ano, as professoras que se matricularem agora no curso de Educação.

Art. 3.º - As professoras que obtiverem o referido diploma, dentro destes três primeiros anos, ficarão dispensadas da exigência do mínimo de um ano com exercício do magisterio no interior, para o seu aproveitamento nas vagas a se darem na capital, Mosqueiro e Pinheiro.

Podemos perceber, nesse sentido, que apesar da interrupção do funcionamento do Curso de Educação Física, ainda havia a preocupação com a formação docente. Por consequência disso, após alguns anos, mesmo diante da problemática do Estado ter suspenso provisoriamente o curso, o Interventor Federal José C. da Gama Malcher, determinou a reabertura do Curso de Educação Física do Estado em 1939. O motivo estava atrelado à necessidade de formar profissional habilitado para o ensino de Educação Física, que era obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino público e privado, nos termos da Constituição Federal vigente na época (PARÁ, 1939).

Dessa vez, o curso estava localizado na sede do Clube do Remo, sem ônus para o estado, com instalações capazes de atender às necessidades do curso, e com total apoio de suas dependências para o seu funcionamento e horário das aulas (PARÁ, 1939). A organização do curso ficou sob a administração da Diretoria Geral de Educação e Cultura. Conforme um discurso do Capitão Orlando Moreira Tôrres, podemos perceber que o Clube do Remo poderia oferecer um espaço apropriado para o curso devido o fato de conseguir agregar mais de 500 alunas em práticas de exercícios e mais de mil alunos durante as festas cívicas (TORRÊS, 1936, p.11).

Os nossos ombros não se esmagarão ao peso de tamanha responsabilidade, porque a vossa têmpera (ou tempere) de caráter está bem alicerçada, pois foi molhada com argila do Brasil. Não nos atemorizes com os obstáculos que encontrardes, com os insucessos do início, com os detratores da educação física, porque a verdade está convosco. A semente está lançada e germinara, pois estarei atento.

Seguindo, o início da década de 1940 foi marcado por ações dinamizadoras na área de Educação Física. Em 1941, por meio da Portaria do dia 16 de maio de 1941, o Interventor Federal interino Deodoro de Mendonça designava o Dr. Armando Bordallo da Silva, médico do Departamento de Saúde e diplomado pela Universidade do Brasil, para assumir a direção dos serviços de Educação Física em todas as escolas públicas da

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

capital. Já em 1942, foi organizada a criação da Escola de Educação Física do Estado, tendo como parâmetro o regulamento da ENEFD da Universidade do Brasil, mas, ainda, subordinado ao Departamento de Educação e Cultura (PARÁ, 1942a).

De acordo com o decreto, a função gratificada de diretor, secretário e dos 15 professores da Escola de Educação Física do Estado fazia parte do quadro único do funcionalismo civil do Estado. Todos esses cargos eram escolhidos e designados pelo Diretor geral do Departamento de Educação e Cultura. Para a criação da Escola de Educação Física foram orçadas despesas no valor de cinquenta contos de réis (50:000 \$0) que seriam distribuídas em pessoal fixo (funções gratificadas); pessoal variável (os contratados e diaristas); e material permanente, material de consumo e despesas diversas.

A Escola de Educação Física do Estado do Pará foi criada como um estabelecimento de ensino especializado. Assim, sua base legal surgiu a partir do Decreto nº 4.053, de 19 de junho de 1942, que aprovava o Regulamento da Escola de Educação Física do Estado. A escola teria como funções: formar um corpo de professores de educação física, capaz de orientar, difundir e unificar a sua prática em todo estado; difundir, também por todo o Estado, os conhecimentos necessários à prática da educação física e dos desportos; e realizar, em estreita ligação com a ENEFD, pesquisas que se relacionassem com os problemas da Educação Física, de modo a colaborar para o melhor conhecimento do “biotipo brasileiro” (PARÁ, 1942b).

A Escola manteve um curso normal de educação física, com duração de um ano, constituído das seguintes disciplinas: Anatomia e Fisiologia Humana; Cinesiologia; Higiene; Socorros de Urgência; Fisioterapia; Biometria; Metodologia de Educação física; História da Educação Física e dos Desportos; Organização da Educação Física e dos Desportos; Ginástica Rítmica; Educação Física Geral; Desportos Aquáticos; Desportos Terrestres Individuais; Desportos Terrestres Coletivos; Desportos de Ataque e Defesa.

Quadro 2 – Disciplinas do Curso Normal de Educação Física da Escola de Educação Física de 1942 e seus respectivos professores

DISCIPLINA	PROFESSOR
Biometria	Dr. Armando Bordallo da Silva

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Cinesiologia	
História da Educação Física	
Organização da Educação Física e dos Desportos	
Anatomia	Dr. Atahaulpa Lobato Fernandes
Fisiologia Humana	
Higiene	
Socorros de Urgência	
Fisioterapia	
Metodologia de Educação Física	Professora Eugênia Souza Filho
Educação Física Geral	
Ginástica Rítmica	
Desportos Terrestres Individuais	
Desportos de Ataque e de Defesa	
Desportos Terrestres Coletivos	Professora Luiza de Souza Filho
Desportos Aquáticos	

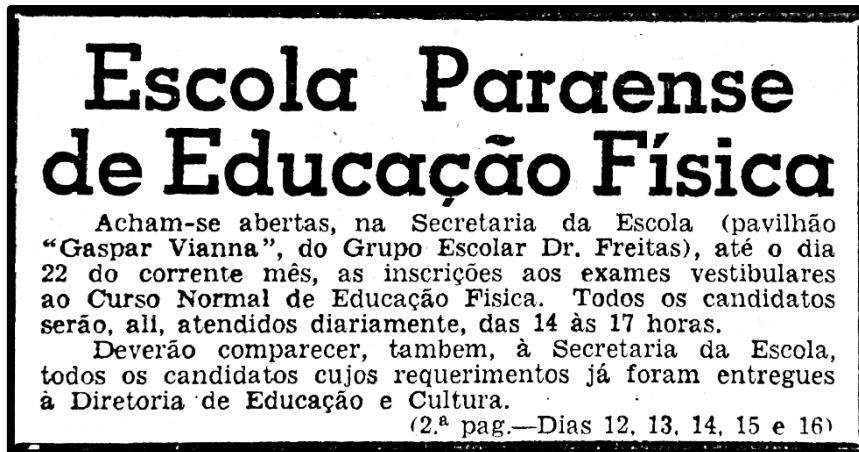
Observamos que havia as disciplinas médicas, tidas como básicas para a formação dos professores. As disciplinas apontadas tinham tendência do modelo social e econômico da época histórica. Entendemos que a organização dessas disciplinas ou cadeiras não se davam (no currículo) de forma inocente e neutra. A organização das disciplinas ensinadas sempre implicou relações de poder, transmitindo visões de homens, mundo e sociedade, além de interesses particulares. Nesse sentido, isso justifica porque esses conhecimentos e não aqueles devem ser selecionados (SILVA, 2007).

O Curso Normal de Educação Física tinha a duração de um ano que correspondia a um ano letivo, porém o ano escolar tinha duração de nove meses, que iniciava em 1º de março e encerrava em 30 de novembro, e era distribuído da seguinte forma: dois períodos letivos, ambos com a duração de três meses e meio; dois períodos de exames, ambos com a duração de quinze dias; um período de quinze dias, destinado à visita das instalações desportivas da cidade, após o último período letivo. Em cada ano escolar existia um período suplementar destinado aos exames de segunda época e aos exames de admissão.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

As inscrições aos exames vestibulares ao curso foram realizadas na Secretaria do Grupo Escola Dr. Freitas, pavilhão Gaspar Vianna, até o dia 22 de junho de 1942, no horário de 14h às 17h, conforme podemos visualizar na Figura 1.

Figura 1 – Escola Paraense de Educação Física



Fonte: Folha do Norte (1942)

O corpo docente da Escola foi constituído por professores e médicos diplomados pela ENEFD que, caso não quisessem ou pudessem assumir o cargo, seriam designado pessoal especializado pela Escola de Educação Física do Exército, o que ocorria por indicação do diretor da escola.

No curso, o ensino ocorria na forma teórica, prática e de exercícios físicos. As aulas teóricas ocorriam por meio da “Organização da Educação Física e dos Desportos”. As disciplinas “Educação Física Geral” e “Ginástica Rítmica” eram ensinadas por meio da prática dos exercícios físicos e os professores dessas cadeiras eram do sexo feminino para as turmas femininas, sempre que possível. As aulas dos desportos eram ensinadas pela prática dos exercícios e as demais disciplinas eram trabalhadas em aulas teóricas e práticas.

As disciplinas seguiram o modelo da ENEFD, bem como o Regulamento do curso da Escola, que também foi elaborado aos moldes da ENEFD. Com relação aos diplomas, a Escola forneceu aos alunos que terminaram o curso com aproveitamento. O título obtido era Professor Normalista Especializado em Educação Física.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Conforme a Portaria de 27 de janeiro de 1943, A Escola de Educação Física do Pará começou a funcionar no grupo escolar Dr. Freitas, utilizando o pavilhão Professora Anésia, o pavilhão Gaspar Viana, a piscina Genésio Alves Leão, o ginásio Gustavo Capanema e duas casas desapropriadas que foram remodeladas e eram anexas à escola. Para as aulas práticas, o estádio da Força Policial do Estado estava à disposição da Escola, bem como a provedoria da Santa Casa de Misericórdia para ser o gabinete da radiologia, utilizada pela Escola para serem feitos “trabalhos radiológicos”. Estavam à disposição da Escola os professores doutores Luiz Tito de Castro Leão, Hélio Vecchio Mauricio, Raymundo Ferro e Silva e Hermógenes Ferreira de Carvalho.

Segundo uma publicação da Folha do Norte (1943), a solenidade de encerramento do curso e colação de grau, das professoras normalistas do Curso de Normal de Educação Física do ano de 1942, foi realizada numa manhã festiva e em noite solene. A manhã festiva ocorreu no ginásio e campo de esporte do Grupo Escolar Dr. Freitas. Pela manhã, houve a seguinte programação: Hino Nacional cantado pelo corpo discente do curso, apresentações de Ginástica Rítmica, atividades atléticas, lançamentos de dardo e disco; salto em altura; aulas práticas e uma lição completa para o ciclo primário, ambas realizadas pelas alunas do curso; e, ainda, partidas de voleibol. Durante a noite, realizou-se a cerimônia da colação de grau, no salão de uma instituição chamada Associação Comercial, com abertura pelo então interventor federal, coronel Magalhães Barata, seguida da apresentação de um Hino intitulado “Bandeirantes da Educação Física”, com letra da professora Eugenia Souza Filho; apresentação da Escola, pelo então diretor major João de Almeida Freitas; discurso de compromisso, realizado pelas diplomandas; discurso da oradora da turma, Maria Elena Tavares; Cerimônia do recebimento dos diplomas; e discurso da professora paraninfa da turma, Eugenia Souza Filho; finalizando com o Hino Nacional.

As professoras normalistas aprovadas e formadas pelo mencionado curso foram Beatriz Fraia Lima, Cimélia Malcher, Dinorah Bezerra, Eneida Araujo, Elza de Jesus Silva, Ilza Raimunda O. de Souza, Josefa Blanco Carril, Luci Cordeiro dos Santos, Licia Ponte e Souza, Lourdes Martins Marta, Mirian Rofé Zaguri, Maria Elena Tavares, Maria Celina Antunes, Maria Luiza Barbalho, Olga Coeli de Moraes, Onergelina Oneide de Moraes, Olga de Gaia Bastos, Raimunda Fernandes, Risoleta Mendes Granjense, Silvia

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Braga Seixas, Tuicema Nogueira de Souza, Tereza da Silva Leite, Zulneida de Almeida Souza, Lourdes Martins Marta e Ilza Raimunda de Oliveira Souza.

REFERÊNCIAS

FOLHA DO NORTE. Escola Paraense de Educação Física. 12 jun. 1942, p. 2.

FOLHA DO NORTE. Escola de Educação Física do Pará: encerramento do curso e colação de grau. 20 mar. 1943, p. 8.

LIMA, Cássia Danielle Monteiro Dias. **Ensino e formação:** “os mais modernos conceitos e métodos” em circulação nas jornadas internacionais de educação física (Belo Horizonte, 1957-1962). 2012. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PARÁ. Decreto nº 1.138, de 30 de dezembro de 1933. Crêa o Departamento de Educação Física. Belém: **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1933. Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Decreto nº 1.164, de 8 de janeiro de 1934. Dá organização ao curso de Educação Física subordinado a Diretoria Geral da Educação e Ensino Publico. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1934a. Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Decreto nº 1.222, de 16 de fevereiro de 1934. Concede vantagens às professoras estaduais que foram diplomadas pelo Departamento de Educação Física e dá outras providencias. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1934b. Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Decreto nº 1.405, de 19 de outubro de 1934. Interrompe o funcionamento do curso de educação physica. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1934c. Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Decreto nº 3.272, de 22 de maio de 1939. Manda reabrir o curso de educação física do Estado. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1939. Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Decreto nº 4.046, de 9 de junho de 1942. Cria a Escola de Educação Física do Estado. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1942a. Documento da Imprensa Oficial do Estado do Pará.

PARÁ. Decreto nº 4.053, de 19 de junho de 1942. Aprova o Regulamento da Escola de Educação Física do Estado. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1942b. Documento da Imprensa Oficial do Estado do Pará.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PARÁ. Portaria de 27 de janeiro de 1943. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1943.
Documento da Imprensa Oficial do Estado do Pará.

SILVA, Elis Priscila Aguiar da. **Educação física no ensino público primário no Pará (1890 – 1930): prescrições e prática**. 2016. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, PA, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TÔRRES, Orlando M. A Educação Física no Pará. **Revista de Educação Física / Journal of Physical Education**, v. 5, n. 4, p. 11, out. 1936.

UM DIA GRANDIOSO PARA OS QUE TRABALHAM PELA EDUCAÇÃO FÍSICA. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 18, 1934.